



Relatório de Conteúdo – Irã em Crise: Protestos Internos, Pressões Externas e Implicações Geopolíticas

Data: 2 de fevereiro, 2026

CONTEXTO

Em fevereiro de 2026, o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) realizou um webinar para analisar a escalada da crise no Irã, que se intensificou após protestos massivos iniciados em dezembro de 2025. O evento contou com a participação de especialistas que mapearam três dimensões fundamentais da questão iraniana: i) o contexto histórico e a situação interna do regime; ii) os impactos regionais, incluindo o papel dos proxies e dos países vizinhos; e iii) o papel das grandes potências (Estados Unidos, China e Rússia) nos desdobramentos sistêmicos. A discussão revelou um momento crítico para o Oriente Médio, com possibilidade de confronto militar entre Estados Unidos e Irã, ao mesmo tempo em que se observa intensa atividade diplomática para evitar uma guerra regional.

SITUAÇÃO INTERNA

A República Islâmica do Irã, estabelecida em 1979 após a derrubada do Xá, enfrenta, em 2025–2026, sua mais grave crise de legitimidade desde a fundação do regime. Os protestos que eclodiram em dezembro de 2025 têm raízes nos mesmos fatores estruturais que motivaram a Revolução Islâmica: corrupção, repressão política e deterioração das condições econômicas. As manifestações tiveram início nos bazares de Teerã e estão diretamente associadas à intensa pressão inflacionária enfrentada pelo país. A inflação anual atinge cerca de 40%,

enquanto a moeda nacional sofreu uma desvalorização acumulada próxima a 1.000.000%, comprometendo severamente o poder de compra da população e a estabilidade econômica.

Essas insatisfações econômicas rapidamente se disseminaram por todo o território iraniano, ampliando também o escopo das reivindicações. Para além da fragilidade cambial e inflacionária, a população passou a criticar de forma mais explícita a má gestão dos recursos nacionais, em especial nos setores hídrico e energético. Essa deficiência estrutural tem impactado significativamente a qualidade de vida no país, chegando a suscitar debates sobre a possibilidade de transferência da capital para outra localidade em função da escassez de recursos.

À medida que os protestos se expandiam, a resposta do governo tornou-se progressivamente mais repressiva. O número de vítimas permanece incerto, em razão das severas restrições ao acesso a informações internas e da dificuldade de verificação por fontes internacionais. Durante o debate, estimou-se que o total de mortos possa variar entre 5.000 e 40.000 iranianos.

Essa combinação de insatisfação econômica, descontentamento político e repressão estatal intensa configura um cenário particularmente instável em 2026. Tal quadro tende a se agravar em função da atual estrutura de poder e do processo sucessório em curso no país. O Irã dispõe atualmente de duas forças armadas distintas: o exército regular, responsável pela defesa das fronteiras e pela segurança interna, e o Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica. As funções estratégicas do aparato militar, como a produção de drones, o desenvolvimento de mísseis balísticos, as operações externas e a segurança do Estreito de Ormuz, estão concentradas sob a responsabilidade da Guarda Revolucionária, que responde diretamente ao líder supremo, o aiatolá Ali Khamenei.

Nesse cenário, o líder exerce autoridade absoluta sobre o sistema político iraniano. Aos 87 anos, enfrenta problemas de saúde e governa há mais de três décadas, o que tem intensificado o desgaste de sua liderança. Além de seu papel militar, a Guarda Revolucionária consolidou-se como um ator econômico central, controlando uma ampla rede de empresas e setores estratégicos. Esse

poder econômico significativo, aliado a práticas de má gestão, é apontado como um dos fatores que contribuíram para a atual crise econômica do país.

Ainda assim, a ausência de uma oposição organizada e eficaz sugere a continuidade de um cenário político desestruturado. Não há, até o momento, um sucessor claramente designado por Khamenei, e figuras como Reza Pahlavi, líder opositor do regime atual, não conseguem articular uma liderança alternativa coesa capaz de canalizar o descontentamento social em um projeto político consistente.

IMPACTOS REGIONAIS, PROXIES E O PAPEL DOS PAÍSES VIZINHOS

A crise iraniana projeta efeitos que extrapolam suas fronteiras e reconfiguram a arquitetura de segurança do Oriente Médio, produzindo um cenário regional marcado por instabilidade, volatilidade e reacomodação de alianças. O enfraquecimento dos proxies iranianos e o desgaste do chamado “eixo da resistência” articulam-se a uma crescente rejeição interna ao projeto de projeção regional do regime, percebido como oneroso e dissociado das demandas sociais domésticas, o que corrói sua legitimidade e sua capacidade de sustentação externa. Paralelamente, observa-se um esgotamento operacional de atores centrais desse eixo, como Hamas e Hezbollah, acompanhado pela perda de aliados estratégicos e de influência regional, como no caso sírio e libanês, indicando uma retração da capacidade de irradiação de poder de Teerã.

Esse enfraquecimento, contudo, não produz estabilidade. Para os países do Golfo, a instabilidade iraniana representa um risco direto, sobretudo no campo energético, dada a centralidade do Estreito de Ormuz para o fluxo global de petróleo e a vulnerabilidade estrutural de seus projetos econômicos. Isso gera uma combinação de temor, dissuasão e ambiguidade diplomática, com posições divergentes entre os países da região quanto a uma eventual escalada militar. Israel, por sua vez, mantém o Irã como ameaça existencial, deslocando o foco do programa nuclear para a capacidade iraniana de produção e uso de mísseis balísticos, percebidos como risco imediato à segurança e à estabilidade econômica, o que também se articula a cálculos políticos internos.

A Turquia emerge como ator central nesse rearranjo regional, buscando se afirmar como potência mediadora e polo de influência, especialmente na Síria, mas com sua atuação fortemente condicionada pela questão curda. A instabilidade iraniana amplia os temores de reativação de dinâmicas separatistas e transfronteiriças, envolvendo curdos e balúchis, o que adiciona uma dimensão étnico-territorial à crise e expande seus impactos regionais.

Nesse contexto, um eventual colapso do regime iraniano não implicaria automaticamente estabilização, podendo inaugurar um cenário prolongado de fragmentação territorial, múltiplos centros de poder e competição armada, semelhante às experiências da Líbia e do Iêmen. A diversidade étnica, a extensão territorial do país e a interconexão regional de seus grupos sociais tornam plausível um processo de desintegração com efeitos sistêmicos, capaz de reconfigurar de forma duradoura o equilíbrio de poder no Oriente Médio.

O PAPEL DOS ESTADOS UNIDOS, CHINA E RÚSSIA NOS DESDOBRAMENTOS SISTÊMICOS

A crise iraniana se desenvolve em um contexto de transição hegemônica global, assumindo caráter sistêmico ao articular transformações internas do Irã com os interesses estratégicos dos Estados Unidos, da China e da Rússia, o que amplia os riscos de instabilidade regional e impactos sobre a ordem internacional. A postura norte-americana tem sido marcada por ambiguidade estratégica, combinando demonstrações de força militar com sinais diplomáticos contraditórios, o que indica menos uma preparação imediata para a guerra e mais uma estratégia de pressão para forçar um acordo amplo que envolva o programa nuclear, os mísseis, os proxies regionais e a repressão interna, em troca de alívio de sanções e reinserção econômica. Ainda assim, o uso da força permanece no horizonte, embora limitado pelos altos custos humanos, políticos e geopolíticos de um conflito com um país de grande população, território e forte estrutura ideológica.

A China, altamente dependente do petróleo do Oriente Médio e detentora de investimentos estratégicos no entorno iraniano, prioriza a estabilidade e a previsibilidade regional, atuando de forma pragmática para reduzir tensões e garantir segurança energética, o que explica sua aproximação diplomática e

seu papel mediador em disputas regionais. Já a Rússia tende a se beneficiar de cenários prolongados de instabilidade, que desviam recursos e atenção dos Estados Unidos, ampliando seu espaço de manobra estratégica, ao mesmo tempo em que aprofunda a cooperação militar e política com o Irã.

Nesse contexto, prevalece a avaliação de que um conflito direto teria efeitos devastadores, superiores aos da Guerra do Iraque, com impactos humanitários e geopolíticos duradouros, incluindo o risco de novos ciclos de extremismo. Por isso, a hipótese de transformação imposta externamente é tratada com cautela, sendo predominante a leitura de que as mudanças no Irã tendem a ocorrer de forma gradual e endógena, impulsionadas por uma sociedade amplamente secularizada e por uma insatisfação estrutural com o regime, tornando a dinâmica de transformação “de dentro para fora” mais provável e menos destrutiva do que um processo de *regime change* conduzido por potências externas.

RECOMENDAÇÕES ESTRATÉGICAS

- **Priorizar a desescalada diplomática multilateral**, mantendo canais permanentes de negociação e mediação, de modo a reduzir o risco de uma guerra regional de alta intensidade.
- **Evitar intervenções militares diretas e estratégias de regime change externo**, reconhecendo seus efeitos estruturantes de fragmentação estatal, instabilidade prolongada e radicalização política.
- **Combinar pressão internacional seletiva com incentivos condicionais** (sanções, alívio econômico, reinserção financeira), como instrumento de negociação e contenção de escaladas.
- **Fortalecer estratégias de apoio indireto à sociedade civil iraniana**, com foco em circulação de informação confiável, proteção digital, organização social, redes comunitárias e capacidades internas de mobilização política.
- **Priorizar uma lógica de transformação endógena e gradual do sistema político iraniano**, reduzindo os riscos de colapso institucional e violência massiva.
- **Reforçar mecanismos regionais de segurança energética**, com foco na proteção de infraestruturas críticas e na estabilidade do Estreito de Ormuz como ativo estratégico global.
- **Estimular coordenação regional entre países do Golfo**, Turquia e demais atores-chave para prevenção de escaladas assimétricas e contenção de conflitos indiretos.

- **Adotar políticas preventivas contra a fragmentação territorial e o colapso estatal no Irã**, reconhecendo os riscos sistêmicos associados a cenários semelhantes aos da Líbia e do Iêmen.
- **Promover uma agenda mínima de estabilidade regional entre grandes potências**, evitando a instrumentalização da crise iraniana como vetor de disputa hegemônica direta.
- **Tratar a crise iraniana como um risco sistêmico internacional**, integrando respostas diplomáticas, energéticas, humanitárias e de segurança em uma estratégia coordenada de longo prazo.